

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPMG

CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2022



Analista do Ministério Público – Pedagogia

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO – PEDAGOGIA**

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Democracia

O conceito de democracia como “poder do povo” surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, “povo”, e *kratos*, “poder”. A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de “poder do povo” depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratam da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, “do povo, pelo povo e para o povo”.

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

(*Sociologia em movimento*. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2016. Vários autores.)

Questão 01

Em um dos trechos a seguir, pode-se observar a perspectiva do enunciador acerca do assunto referido; indique-o.

- A) “Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade.” (3º§)
- B) “O conceito de democracia como ‘poder do povo’ surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C.” (1º§)
- C) “Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, [...]” (2º§)
- D) “Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, [...]” (5º§)

Questão 02

A partir do efeito de sentido produzido pelas relações estabelecidas no interior da frase e, ainda, em relação ao período imediatamente anterior, pode-se afirmar que o segmento destacado a seguir: “A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.” (1º§) apresenta:

- A) Determinado propósito em relação ao fato expresso no período anterior.
- B) Indicação da introdução de um exemplo do conceito explorado anteriormente.
- C) Concordância conclusiva que parte de um conceito inicial e remete à aplicação prática deste.
- D) Conclusão do que seria, de fato, o conceito democrático por meio da exploração de ideias distintas.

Questão 03

“Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo).” (3º§) Em relação à estrutura anterior, pode-se afirmar que:

- A) Caso a expressão “diz respeito” fosse substituída por “faz referência”, o emprego da crase seria facultativo.
- B) O verbo “haver” pode ser reconhecido como verbo impessoal podendo ser substituído pelo verbo “ter”, no uso coloquial.
- C) O vocábulo “apenas” atua como modalizador discursivo cuja carga semântica remete à ideia de exclusão versus inclusão.
- D) A forma verbal “defendem” constitui, com o verbo “haver”, uma locução verbal cuja concordância é estabelecida com o pronome que promove a manutenção do referente.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 04

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual, observe as propostas de reescrita para o trecho em destaque e indique a sugestão em que a coesão foi mantida conforme observa-se no texto original.

“A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]” (1º§)

- A) A democracia pressupondo a existência de um governo, seja direto ou indireto, da população [...]
- B) Assim, a democracia – regime político – pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- C) Assim, a democracia como um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- D) A democracia é, assim, um regime político. Tal regime, pressupõe a existência, indiretamente, de um governo direto da população [...]

Questão 05

Em relação às ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Tanto a economia quanto a política dependem de que a concepção de democracia esteja presente para que sejam estabelecidas em uma engrenagem social.
- B) Embora o conceito de democracia esteja diretamente relacionado à ideia de “poder do povo”, tal pressuposto mostra-se exclusivamente como uma ideia teórica.
- C) As várias concepções de democracia citadas no texto remetem ao período histórico da sociedade, sendo o fator temporalidade determinante e imprescindível para que haja tais distinções.
- D) O fato de o alcance da ideia de democracia estar relacionado a segmentos distintos constituintes da sociedade permite reconhecer a proporcionalidade quanto ao nível de envolvimento da população em questões específicas.

Questão 06

De acordo com o emprego no 4º§ do determinante “Essas” e sua função discursivo-textual, pode-se afirmar que tal vocábulo:

- A) Informa a relação com a pessoa do discurso.
- B) Estabelece uma relação de vínculo com as pessoas do discurso.
- C) Indica que o termo designado possui referente já introduzido no texto.
- D) Atribui relevância específica ao termo “diferenças” em relação ao enunciado.

Questão 07

A expressão empregada para introduzir o 2º§ do texto indica:

- A) Anulação das ideias expostas no parágrafo anterior.
- B) Relação de concessão mediante o conceito de democracia apresentado.
- C) Um nível maior de importância das informações e ideias expressas no 1º parágrafo sobre as do 2º parágrafo.
- D) Expressão de uma ressalva mediante o exposto anteriormente em relação à circunstância expressa no parágrafo.

Questão 08

Pode-se inferir que o 5º§ é introduzido por um questionamento que:

- A) Apresenta uma resposta que denota a perspectiva do enunciador.
- B) Atua como recurso de expressão retórica, promovendo a reflexão sobre o assunto.
- C) Tem como objetivo a obtenção de uma resposta de acordo com as reflexões propostas.
- D) Reforça as críticas feitas anteriormente às questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à democracia.

Questão 09

A expressão destacada a seguir em: “em um governo de todos, ‘do povo, pelo povo e para o povo’.” apresenta concepções diferentes de acordo com o efeito produzido pelos conectivos que antecedem o substantivo “povo”. Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta o sentido correto para cada uma delas, sequencialmente conforme apresentam-se no enunciado.

- A) Origem; destinação; propósito.
- B) Condição; elemento partitivo; modo.
- C) Prerrogativa; indicação do agente; finalidade.
- D) Relação com o assunto; meio; em benefício de.

Questão 10

Considerando a aplicação da norma padrão da língua, assinale a afirmativa correta.

- A) Em substituição a “Outras a aplicam [...]” (3º§), estaria correta a proposta da seguinte redação: “Outras aplicam-lhe [...]”, sendo preservado o mesmo nível de formalidade do trecho original.
- B) Em “Há os que defendem a ideia de democracia [...]” (3º§), se em lugar da expressão “ideia de democracia” houvesse apenas “democracia”, o “a” antecedente, obrigatoriamente, seria craseado.
- C) Em “[...] questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto [...]” (3º§), pode-se assegurar que os três termos destacados apresentam equivalência morfológica.
- D) Em “Outras a aplicam também a áreas da vida econômica [...]” (3º§), os termos destacados são equivalentes quanto ao significado; assim o primeiro “a” poderia ser omitido conferindo maior objetividade ao segmento.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

“Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los.” São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, **EXCETO**:

- A) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
- B) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.
- C) Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
- D) Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e *accountability*.

Questão 12

Sobre gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A forma de gerir os serviços públicos é diferente da adotada no setor privado em virtude de peculiaridades estruturais. Destaca-se que o setor privado é constituído por pessoas (físicas ou jurídicas) que envidam esforços na produção de bens e serviços, os quais trocam por valores monetários que permitem sua sobrevivência. Esse fato justifica os esforços na busca pela eficiência, tendo a lucratividade como objetivo a ser perseguido. No setor público, o objetivo não é o lucro, mas, sim, primordialmente, atender às necessidades da sociedade que, via de regra, é patrocinadora dos meios, via tributos a ela aplicados.
- II. Para um gerenciamento de projetos ser minimamente viável, no planejamento devem ser definidos, de maneira clara e detalhada, o objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir, quais recursos serão empregados e de onde eles virão.
- III. Um projeto deve ter um líder, denominado “gerente do projeto”. Ele deve ser, obrigatoriamente, um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas, em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da administração pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 13

Leia atentamente o excerto a seguir.

“Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis.”

São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:

- A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
- B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
- C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
- D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 14

Considerando que o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é um método iterativo de gestão utilizado para o controle e a melhoria contínua de processos e produtos, assinale a afirmativa **INCORRETA.**

- A) As atividades de gestão de processos buscam, também, o estabelecimento de objetivos e metas, se tornando desnecessário o uso de indicadores.
- B) Aspecto importante da abordagem de processo é a percepção da visão do cliente. O cliente (no caso da administração pública, o cidadão) não enxerga uma atividade do processo, mas enxerga o produto ou serviço gerado pelo processo, que é o que atende efetivamente sua necessidade.
- C) Uma boa gestão de processos afeta positivamente todos os setores de uma organização, uma vez que busca a contínua melhoria das atividades, o atendimento efetivo das expectativas e necessidades dos clientes, facilita a administração do trabalho por parte dos gestores e possibilita a gestão do conhecimento.
- D) Para uma organização ser eficaz e eficiente, ela tem que identificar e gerenciar inúmeras atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar transformação de entradas em saídas é considerada um processo. Regra geral, a saída de um processo é a entrada para o processo seguinte.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 15

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2008) do *Project Management Institute* – PMI, assim define projeto: “é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que eles não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando não for mais necessário”. O PMBOK (2008) estabelece nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos definidas em termos dos processos que compõem suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. Sobre as áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Gerenciamento de escopo: processo de assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso.
- B) Gerenciamento de comunicação: processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas apropriadamente.
- C) Gerenciamento de riscos: processos de planejamento, identificação, análise, planos de contingência e monitoramento, visando aumentar a probabilidade dos eventos positivos e minimizar o impacto dos eventos negativos no projeto.
- D) Gerenciamento de recursos humanos: processos que integram os diversos elementos do gerenciamento de projetos, que são identificados, definidos, combinados, unificados e coordenados dentro dos grupos de processos de gerenciamento de projetos.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 16

Gertrudes, Oficiala do Ministério Público, foi notificada acerca da apuração de irregularidades que teria cometido no exercício de suas funções. O inquérito administrativo narra que Gertrudes teria incorrido em duas proibições, a saber: (i) inobservância do dever de assiduidade e (ii) ter criticado certos atos da administração pública, em trabalho por ela assinado, sob o ponto de vista da organização do serviço e com caráter doutrinário. Considerando tal caso hipotético e de acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, é correto afirmar que:

- A) Sendo imposta a penalidade de suspensão, esta prescreverá no prazo de cinco anos.
- B) A segunda proibição imputada a Gertrudes não encontra respaldo na referida lei estadual.
- C) Caso a penalidade a ser imposta a Gertrudes seja de demissão, esta poderá decorrer das conclusões a que chegar o inquérito administrativo, sendo dispensada a instauração de processo administrativo propriamente dito.
- D) O inquérito e o processo administrativo são procedimentos que correm de forma unilateral na administração pública, sendo permitido a Gertrudes se manifestar a partir da publicação da decisão do processo em que se impôs a penalidade.

Questão 17

De acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pedro, empossado em razão de concurso público, não satisfaz as condições de estágio probatório. Neste caso, a demissão de Pedro é medida que se impõe.
- II. Nilo reingressou no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento, em razão de sentença judiciária passada em julgado. Nilo se enquadra na hipótese de reversão.
- III. Cristiano sofreu perda da capacidade funcional decorrente da modificação de seu estado físico, não justificando a aposentadoria. Cristiano, assim, deverá passar por reintegração.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) Uma assertiva está incorreta.
- B) Duas assertivas estão incorretas.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 18

Análise as descrições de órgãos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais a seguir.

- I. Será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça em atividade, com mais de cinco anos de carreira e escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.
- II. Entre outras atribuições previstas em regulamento, ao órgão incumbe realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- III. Compete-lhe estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns.

Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público.

- A) I. Conselho Superior do Ministério Público II. Central de Apoio Técnico III. Secretaria-Geral
- B) I. Corregedoria-Geral do Ministério Público II. Secretaria-Geral III. Centros de Apoio Operacional
- C) I. Secretaria-Geral II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Centros de Apoio Operacional
- D) I. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Central de Apoio Técnico

Questão 19

A respeito da organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), consoante previsão do Título II de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que:

- A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do MPMG.
- B) O Colégio de Procuradores de Justiça é considerado órgão auxiliar do MPMG.
- C) Os Grupos Especiais de Atuação Funcional são órgãos de administração do MPMG.
- D) A Ouvidoria do Ministério Público é um órgão de administração superior do MPMG.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 20

Tendo em vista as disposições encontradas na Lei Orgânica do Ministério Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Constituição Estadual.
- () As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- () É de competência do Conselho Superior do Ministério Público representar ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça.
- () O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador dentre os membros do Ministério Público do Estado com no mínimo dez anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, F, F.

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 21

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Em relação à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.
- B) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor recursos de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de suas atribuições; sendo esta atuação privativa do Ministério Público Federal.

Questão 22

O Estado nomeou substituto para o exercício de função delegada de titular de serventia extrajudicial por motivo de vacância, sendo tal nomeação feita a título precário. Pretende o nomeado que a ele não se aplique o teto remuneratório previsto no Art. 37 XI da CF, a saber:

Art. 37... XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Fundamenta sua pretensão no princípio da isonomia, já que os titulares de tais serventias não estão limitados, em suas remunerações, ao teto constitucional; a pretensão do nomeado deve ser:

- A) Desacolhida, porque notários e registradores exercem atividade estatal; são titulares de cargo público efetivo, se sujeitando, portanto, ao regime jurídico dos servidores estatutários.
- B) Acolhida, sendo evidente que quem exerce a mesma função e tem as mesmas responsabilidades deve poder obter de seu trabalho a mesma remuneração, não sendo relevante a questão do ingresso na atividade através de concurso público.
- C) Acolhida, já que o fato de se encontrar vaga a serventia não desnatura o caráter privado dos serviços prestados na interinidade e que de maneira alguma essa circunstância torna o substituto um preposto do Estado, podendo usufruir de remuneração compatível com os ganhos na atividade.
- D) Desacolhida, já que, na hipótese, não se aplica o princípio da isonomia, dado não serem comparáveis as situações do notário concursado, o qual assume serventia extrajudicial após ter se submetido a certame público, assumindo os riscos de sua atividade e do substituto, que, na ausência do titular, responde de forma precária e temporária como interino, sem, contudo, ter se submetido a certame público.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 23

Em um município do país, determinada Lei Orgânica estabeleceu vedação, em todas as instituições municipais de ensino, de adoção e divulgação dos termos “gênero” e/ou “orientação sexual”, em sala de aula, ou em atividades culturais dentro da escola. A lei em comento é:

- A) Illegal, malferindo a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional.
- B) Constitucional e Legal, uma vez que a educação é dever das famílias e do Estado e visa à proteção integral dos infantes.
- C) Constitucional, uma vez que o Município tem competência complementar em tema de educação, adaptando-a à realidade local.
- D) Inconstitucional, por ofender o princípio da isonomia, reduzindo o campo de ensino e aprendizado dos alunos da rede municipal.

Questão 24

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () A contratação de pessoal efetivo pela administração pública, sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, culmina na nulidade do ato de admissão.
- () A publicação na rede mundial de computadores do nome do servidor público com seu respectivo salário não encontra apoio quer na legislação infraconstitucional, quer na constitucional, ofendendo o direito de privacidade.
- () É possível, à administração pública, inclusive em estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes a cargos públicos em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 25

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

- A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
- B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
- C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.

- D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

Questão 26

Maria, Viviane e Vitória, estudantes, travaram discussão durante uma aula de Direito Constitucional com relação à correta classificação das seguintes normas segundo a sua eficácia, de acordo com a doutrina majoritária:

- I. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

Maria respondeu que a classificação correta dos itens, sucessivamente, seria contida, plena e limitada. Viviane, por sua vez, disse que o correto seria plena, contida e limitada. Vitória, por fim, afirmou que a classificação certa é limitada, contida e plena. Tendo em vista as informações apresentadas, conclui-se que:

- A) As três estudantes estão equivocadas.
- B) Maria está correta em sua classificação.
- C) Vitória está correta em sua classificação.
- D) Viviane está correta em sua classificação.

Questão 27

A respeito da matéria afeta aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- II. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.
- III. O contratado terá direito à extinção do contrato, dentre outras hipóteses, no caso de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 28

Salete, analista do Ministério Público, foi encarregada de analisar a condução de determinado processo administrativo conforme a Lei Estadual nº 14.184/2002. Segundo os ditames de tal diploma legal, é correto afirmar que Salete deverá observar as seguintes regras, EXCETO:

- A) É vedada a recusa imotivada de requerimento ou documento, e é dever do servidor orientar o interessado para a correção de falha.
- B) Quando o interessado declarar que fato ou dado estão registrados em documento existente em repartição da própria administração, deve esta, de ofício, diligenciar para a obtenção do documento ou de sua cópia.
- C) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá prosseguimento e será decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
- D) Só será exigido reconhecimento de firma por imposição legal ou em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento e a autenticação de cópia de documento pode ser feita por funcionário do órgão em que tramitar o processo.

Questão 29

No que tange aos atos e poderes administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Atos ablatórios ou ablativos são aqueles que restringem direitos do administrado, tal qual ocorre na cassação de uma licença.
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- III. O instrumento disponibilizado à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos traduz a essência de seu poder de polícia.

Assinale a alternativa correta.

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) Três assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 30

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar que:

- A) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- B) É indelegável a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
- C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.

- D) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica afasta a aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

As afirmativas a seguir apresentam fragmentos do texto da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, “que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Assinale aquela em que o escopo de atuação do Ministério Público (MP) está INCORRETA.

- A) Em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público.
- B) A União apoiará a implementação de serviços de [...] acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas. A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público (MP).
- C) Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.
- D) Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida, a decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente será conhecida pela Autoridade Central Estadual que tiver processado o pedido de habilitação [...] A Autoridade Central Estadual pode deixar de reconhecer os efeitos facultando-se a consulta ao Ministério Público e obrigatório o envio de relatório fundamentado ao MP.

Questão 32

Aprender, em cada época, em cada tempo, em cada sociedade, tem suas idiossincrasias, o que faz da aprendizagem um conceito eminentemente histórico, psicossocial e cultural.

(NUNES, Ana Ignez; SILVEIRA Rosemary. *Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e conceitos*. 3. ed. rev. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 12-13.)

Identifique, dentre as abordagens sobre os processos de aprendizagem a seguir, aquela que se refere ao construtivismo de Jean Piaget.

- A) Considera que as condições do indivíduo para aprender são predeterminadas.
- B) Defendia a tese de que o conhecimento humano tem origem a partir da experiência.
- C) Entende que o conhecimento humano é construído graças à interação sujeito e meio externo.
- D) Enfatiza o papel da cultura na formação da consciência humana e da atividade do sujeito.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 33

A Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, trata dos direitos da Pessoa Idosa e prevê diversos encaminhamentos e/ou prerrogativas por parte do Ministério Público. Assinale a afirmativa que apresenta INCORRETAMENTE uma atribuição e/ou prerrogativa do MP, segundo essa normativa.

- A) Compete ao Ministério, conforme exposto no Art. 6º, a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das instâncias político-administrativas.
- B) As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.
- C) O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.
- D) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Questão 34

Considerando a Lei nº 8.742/1993, que trata sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.
- II. São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.
- III. A organização da assistência social tem como base a descentralização político-administrativa; a participação representativa da população, por meio de organizações e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- IV. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas com ou sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Sobre a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, considerando a Política de Seguridade Social, está INCORRETO o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

Questão 35

Face ao seu papel e ampla discussão no âmbito da Psicologia e da Educação e, em particular na Pedagogia, essa questão focaliza a abordagem comportamentalista de Skinner. Segundo ele, “[...] o comportamento humano é influenciado por suas consequências, em três níveis: filogenético (espécie); ontogenético (indivíduo); e, cultural (o indivíduo é membro de um grupo). No primeiro nível, o comportamento de um organismo é produto da seleção natural, da evolução da espécie ao longo de milhares de anos”.

(NUNES, Ana Ignez; SILVEIRA, Rosemary. *Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e conceitos*. 3ª ed. rev. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 16-19.)

Considerando a abordagem de Skinner, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Eventos/comportamentos de caráter mental como pensar, sentir, ouvir, ver, dentre outros, são úteis para explicar a conduta humana.
- B) O comportamento é determinado pelo condicionamento operante, ou seja, ocorre em função das necessidades e histórias de condicionamentos anteriores do indivíduo.
- C) O conceito central do condicionamento operante é o reforço, que consiste em qualquer estímulo ou evento que aumenta a probabilidade de ocorrência de um comportamento.
- D) Como membro da uma cultura, o indivíduo se comporta da forma em que foi ensinado, ou seja, de acordo com as contingências de reforçamento mantidas pelo grupo do qual faz parte.

Questão 36

No Brasil, na esteira da discussão da democratização da escola pública, configuraram-se diferentes abordagens pedagógicas. Muitas delas mantinham a crença na escola como equalizadora das desigualdades sociais. Entre essas abordagens está a Pedagogia da Escola Nova ou “Pedagogia Nova”. De acordo com Dermeval Saviani, no livro “Escola e Democracia”, publicado originalmente em 1993, atualmente, com mais de 40 edições, o ideário da Escola Nova:

- I. Forjou-se advogando uma pedagogia com um tratamento diferencial a partir da “descoberta” das diferenças individuais.
- II. Concebe a aprendizagem como uma decorrência espontânea do ambiente estimulante e da relação viva que se estabeleceria entre os alunos e entre eles e o professor.
- III. Organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite.
- IV. Face à sua ampla difusão influenciou muito os modos como os educadores entendem a educação, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 37

Um dos conceitos da teoria sociointeracionista que pode corroborar a proposição de programas de inclusão e permanência de crianças e adolescentes na escola, bem como a análise em estudos de casos de crianças e adolescentes no âmbito do Ministério Público é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP permite que psicólogos, educadores e pedagogos, que atuam em diferentes espaços, entendam aspectos relacionados ao curso interno do desenvolvimento.

(VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 65.)

Segundo Vygotsky, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):

- I. É a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.
- II. Define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário.
- III. Permite delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 38

Quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema as formas e os processos de transmissão do saber. É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples de ensinar-aprender. No entanto, muito antes que isso aconteça, em qualquer lugar e a qualquer tempo a educação, existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível, a não ser nos lugares onde pendura alguma placa na porta com o seu nome.

(BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1995. Adaptado.)

Uma das instâncias socialmente envolvidas com a educação no Brasil é o Ministério Público (MP). No que tange à educação escolar, cabe ao MP, EXCETO:

- A) Promover a qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação que atuam nessa área.
- B) Garantir o acesso e a permanência das pessoas na escola, respeitando os direitos e os conhecimentos de diferentes povos e grupos sociais.
- C) Fazer cumprir as leis que garantem o direito à educação, acompanhando métodos, processos e estratégias de ensino, visando garantir uma educação escolar equitativa e de qualidade.
- D) Combater a violência nas instituições de ensino e assegurar a gestão democrática da educação pública, bem como a inclusão de pessoas com deficiência e de idosos no sistema de ensino.

Questão 39

Considerando os diferentes perfis familiares na contemporaneidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Dividida entre um ideal imaginário de família nuclear e as várias configurações de família (famílias monoparentais; famílias reconstituídas; famílias homoparentais), a família contemporânea sofre um processo contínuo de reinvenção de si mesma, embora persista como o centro de referência para a delimitação da subjetividade e também como alvo prioritário de cuidado das políticas públicas.
- B) A relação dos operadores das medidas socioprotetivas com as famílias traz desafios permanentes: é preciso tomar decisões rápidas, que garantam a integridade de crianças e adolescentes, o que impõe que se desconsidere as relações afetivas entre os membros da família (nuclear e extensa). Há uma tensão permanente entre a tutela e a busca de potencializar os recursos simbólicos e materiais da família.
- C) O Estado representa um foco de poder que tem a capacidade de impor as regras de convivência em um determinado limite territorial. O Estado democrático deve ser capaz de realizar o princípio básico do direito às diferenças entre os seus cidadãos, impedindo que elas sejam tratadas como desigualdades e, ainda, de possibilitar a vida em comum dos diferentes, garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos.
- D) As relações familiares são, na atualidade, fortemente pautadas pela lógica do Direito. [...] os pais são investidos de responsabilidade, do ponto de vista legal, por seus filhos durante a infância e a adolescência, e, por seu turno, também os filhos são responsáveis legais pelo amparo de seus pais na velhice. O desrespeito a essa norma é passível de processo judicial. Passamos então de uma sociabilidade familiar regida pela lógica da tradição para uma sociabilidade regida pelas leis.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 40

[...] a teoria das inteligências múltiplas de *Gardner* mostra uma visão plural da inteligência, reconhecendo nela diversos tipos e deduzindo que cada indivíduo tem diversos potenciais cognitivos.

(SUAREZ, Jaqueline; MAIZ, Francelys; MEZA, Marina. *Inteligências múltiplas: Uma inovação pedagógica para promover o processo ensino-aprendizagem. Investigación y Postgrado [online]. 2010, vol. 25, n. 1, p. 81-94.*)

Segundo a teoria das inteligências múltiplas de *Gardner*, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a rota adequada para esse objetivo.
- B) Procura explicar a relação entre habilidades, talentos, criatividade e inteligência e trabalha com a ideia de que os seres humanos são capazes de desenvolver sete, ou mais tipos de inteligências.
- C) Discorda do entendimento de que as habilidades humanas são desenvolvidas de modo horizontal e sugere que, ao invés de haver uma habilidade geral, existem diferentes formas de apreensão.
- D) Foi desenvolvida a partir do entendimento de que os saberes trabalhados no contexto escolar precisavam ser valorizados e da importância de ampliação dos testes de inteligência, em função de sua pluralidade.

Questão 41

A família é o lugar onde o ser humano encontra-se implantado, seja pelo nascimento ou pela adoção; sendo através dela que adquire sua personalidade e seu caráter. Entre os tantos grupos sociais, o conceito, a composição e a compreensão da família de fato foi a que mais se alterou com a evolução dos tempos. Sem dúvidas, a família é uma célula de organização social que sua base se extrai da sociedade, marcada por relações complexas, plurais e singulares, com uma gama de composições distintas desde seus tempos mais remotos até a atualidade. A partir da Constituição Federal de 1988, a família passou a vislumbrar os princípios e direitos conquistados pela sociedade de sua época. O modelo tradicional passou a ser apenas mais uma forma de constituir um núcleo familiar, o qual, segundo os ditames do Art. 226 da CF/88, passou a fundar-se pelo afeto e igualdade entre seus membros.

(Disponível em: <https://gabiggatto.jusbrasil.com.br/artigos/527805537/as-novas-modalidades-de-familias-do-direito-civil-brasileiro-no-seculo-xxi-eco>. Adaptado.)

Sobre as novas modalidades de famílias, constituídas pelo elemento essencial, o afeto, que buscam também seu reconhecimento jurídico, a fim de receberem as mesmas garantias legais previstas para outros núcleos familiares, e sobre a família que se entende a entidade em que convivem parentes sem diversidade de gerações e sem a verticalidade dos vínculos, por exemplo, duas irmãs, ou até mesmo para pessoas sem vínculos parentais, dentro do ideal de formação patrimonial e constituição familiar, pode-se afirmar que trata-se da família:

- A) Anaparental.
- B) Homoafetiva.
- C) Pluriparental.
- D) Monoparental.

Questão 42

Aprender é conhecer a si mesmo e ao mundo em que vivemos. A busca por conhecimento verdadeiro sobre si mesmo e sobre o mundo procura responder a perguntas que persistem no homem desde o início da filosofia e, para além disso, facilita a vida humana na medida em que não necessitamos resolver sempre os mesmos problemas ou iniciar algo do zero, visto que outros nos antecederam, como constataram *Vygotsky e Piaget*. “Nascemos em um mundo já humano, em que foram constituídos saberes, conceitos, afetos, práticas etc. A educação e a aprendizagem auxiliam o homem a apropriar-se da humanidade, que lhe é externa quando de seu nascimento.”

(CHARLOT, 2005.)

As três mais importantes concepções epistemológicas para compreender o homem, do ponto de vista do ensino-aprendizagem, são: inatismo; ambientalismo; e, interacionismo. De acordo com as concepções epistemológicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. “A característica geral do _____ é a de que o conhecimento é produzido pela ação do indivíduo sobre o meio, e do meio sobre o indivíduo; ocorre uma interação em que o indivíduo modifica seu comportamento e sua estrutura cognitiva. O meio é o mundo físico dos objetos e o mundo social e suas relações e cultura.”
- II. “A concepção do _____ está ancorado no Empirismo, teoria filosófica que dá ênfase à experiência sensível para aquisição de conhecimentos. Essa corrente afirma que as características humanas advêm das condições do meio em que se encontra. O ambiente é mais importante que a maturidade biológica, uma vez que os estímulos do ambiente promovem o aparecimento de certos comportamentos.”
- III. “O _____ é a concepção fundamentada no Racionalismo e no Idealismo, segundo a qual o homem, ao nascer, apresenta as condições para conhecer os objetos, e essas são determinadas pela hereditariedade. O meio em que vive, a cultura, as relações que estabelece em sua vida não interferem em sua capacidade de aprendizagem; o desenvolvimento sim. Para aprender, o aluno precisa estar maduro, ‘pronto’, ‘apto’, e a educação apenas poderá aprimorar aquilo que já carrega em si, aquilo que é.”

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- A) I. Inatismo II. Ambientalismo III. Interacionismo
- B) I. Interacionismo II. Ambientalismo III. Inatismo
- C) I. Ambientalismo II. Interacionismo III. Inatismo
- D) I. Inatismo II. Interacionismo III. Ambientalismo

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 43

De acordo com o Art. 1º da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência; de acolhida; de convívio, ou vivência familiar. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A segurança de sobrevivência ou rendimentos: será sempre eventual; trata-se de uma compensação do valor do salário mínimo inadequado. É uma garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego.
- II. Por segurança da acolhida: entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social, pois opera com a provisão de necessidades humanas que comecem com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. Uma vez concedida, o indivíduo a mantém por toda sua vida.
- III. A segurança da vivência familiar ou do convívio: é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social e supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, socioculturais etc.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 44

O século XIX é o século da pedagogia, momento emblemático da luta de classes (entre burguesia e proletariado), que envolveu sociedade; cultura; economia; e, política. Esta situação acarretou uma radicalização das ideias pedagógicas e educativas, consolidando-as como ferramentas de controle social e do “projeto político e da própria gestão do poder (social e político)”.

(CAMBI, 1999, p. 407.)

No cenário da educação, esse atrito entre classes deu vazão ao surgimento de pedagogias diferenciadas, com modelos e orientações diversas sempre altamente imbuídas em todas as vertentes e etapas da pedagogia do século XIX.

(SAVIANI, 1997.)

É dentro desse contexto que a ideia de liberdade defendida por pensadores como Pestalozzi, Fichte e Fröbel, se torna o indicador sociopolítico e, por conseguinte, ideológico da educação. E, de acordo com as ideologias da pedagogia do século XIX, na visão de Pestalozzi, são considerados ideais defendidos, EXCETO:

- A) Defende a natureza quanto à construção de novos conceitos de criança, família e instrução.
- B) A criança se desenvolve de dentro para fora, ideia oposta de que a concepção do ensino é preenchê-la de informação.
- C) Aplicou em classe o princípio da educação integral não limitada em absorção de informações, pois deve englobar três dimensões humanas identificadas como intelectual, física e afetiva ou moral.
- D) A escola deve tornar-se um mundo real e prático, associando a capacidade intelectual, energia, força física, agilidade e habilidade manual, a fim de formar um cidadão capaz de cumprir com todas as exigências da sociedade e os objetivos da vida.

Questão 45

No Brasil, a partir da metade do século XX, segundo a professora Heloisa Argento, começaram a surgir novas teorias nas áreas da psicologia educacional. *Piaget e Vygotsky*, ambos pais da psicologia cognitiva vigente, propõem que o conhecimento é edificado em contextos naturais de interação social, estruturados culturalmente. Para a autora, cada educando constrói seu próprio aprendizado numa ordem de dentro para fora baseado em experiências de fundo psicológico. Para ela os teóricos desta abordagem procuram explicar o comportamento do ser humano na esperança que o sujeito e o objeto interajam em um processo que resulta na construção e reconstrução de estruturas cognitivas.

(Disponível em: <http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo11/etapa2/construtivismo.pdf>. Adaptado.)

A teoria epistemológica de Piaget é caracterizada como uma visão interacionista do desenvolvimento. Para Piaget, a inteligência do indivíduo, como adaptação a situações novas, está relacionada com a complexidade desta interação do indivíduo com o meio. Na sua concepção, considera quatro fatores como essenciais para o desenvolvimento cognitivo da criança; assinale-os.

- A) Maturação biológica; experiência ativa; interação social; e, equilíbrio.
- B) Funções psicológicas; experiência ativa; interação social; e, equilíbrio.
- C) Linguagem e pensamento; interação social; instrumentos e signos; e, cultura.
- D) Maturação biológica; linguagem e pensamento; interação social; e, acomodação.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 46

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu no ano de 1990 e se configura como um importante avanço no sistema de garantia dos direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois representa um rompimento com a doutrina da situação irregular presente nos Códigos de Menores que o antecederam. Para que a criança ou adolescente seja considerado sujeito em conflito com a lei, é necessário que este tenha desenvolvido uma conduta descrita como crime ou contravenção penal, ou seja, precisa ser autor de um ato infracional. “Por se tratarem de pessoas em desenvolvimento, as medidas socioeducativas possuem tanto um caráter sancionatório quanto pedagógico, pois visa responsabilizar o jovem pelo ato por ele cometido, bem como propiciar condições para que eles se desenvolvam. Provada a prática de ato infracional por parte do adolescente, o juiz competente poderá aplicar uma das seis medidas socioeducativas presentes no Art. 101 do ECA, sendo que devem ser impostas de acordo com a capacidade de cumprimento por parte do adolescente, levando sempre em consideração as circunstâncias e a gravidade da infração. Sobre o exposto e, ainda, considerando a medida socioeducativa de internação estabelecida pelo ECA, analise as afirmativas a seguir.

- I. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- II. É aplicada quando se trata de ato infracional cometido de grave ameaça ou violência à pessoa: homicídio; roubo; latrocínio; estupro; e, por reincidência.
- III. O período de internação poderá exceder a três anos por determinação judicial e em casos de ato infracional cometido de grave ameaça ou violência à pessoa.
- IV. A internação deve ocorrer em estabelecimento educacional e não em presídios destinados à população carcerária, salvo adolescentes maiores de dezesseis anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 47

O *bullying* é uma epidemia; ele acontece em toda escola brasileira”, foi assim que o professor, escritor e terapeuta Hugo Monteiro Ferreira explicou o tamanho do problema do *bullying* no Brasil atualmente. Todo ano, em 7 de abril, é celebrado o “Dia do Combate ao Bullying e à Violência na Escola”. A data foi criada após o Massacre de Realengo, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a Escola Municipal Tasso da Silva, no bairro do Realengo, Rio de Janeiro. Armado, começou a disparar contra os alunos dentro de uma das salas de aula. No ataque matou doze estudantes com idade entre 12 e 15 anos, além de ter deixado outros vinte feridos. O atirador, que havia sido vítima de *bullying* quando aluno daquela escola em sua adolescência, cometeu suicídio logo após a ação.

(Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2022/04/05/interna_bem_viver,1357966/o-bullying-e-uma-epidemia-um-tema-que-urge-atencao-dos-brasileiros.shtml. Acesso em: 05/12/2022. Adaptado.)

A Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, classifica o *bullying* como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, dentre outros.

(Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487>.

Acesso em: 05/12/2022.)

O pedagogo com uma visão mais ampla e sistêmica dos problemas sociais e da violência lança seu olhar sobre o todo e age no sentido de ajustar as suas práticas na prevenção quando, EXCETO:

- A) Desenvolve um trabalho para solução da prática do *bullying* escolar trazendo como foco principal o agressor.
- B) Proporciona e incentiva a capacitação continuada aos professores e funcionários, a fim de cultivarem atitudes de respeito e tolerância entre os alunos.
- C) Aciona o Conselho Tutelar e o Ministério Público, após todas as tentativas de resolver o problema diretamente com os alunos, e esgotadas todas as possibilidades e recursos socioeducativos inerentes.
- D) Apresenta projetos à comunidade ao redor da escola, que visem à mudança de paradigmas, trabalhar no sentido de formar, informar, valorizar os atos de respeito ao próximo, a elevação da autoestima e do amor.

Questão 48

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, foi criada com o objetivo de garantir uma política de proteção a quem necessita. Sua promulgação foi fruto do esforço conjunto de parlamentares, gestores, servidores públicos e representantes da sociedade civil. Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Terão direito ao benefício financeiro a que se trata, a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo.
- B) É a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- C) É computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família no cálculo da renda; portanto, não poderá ser devido a mais de um membro da mesma família, enquanto atendidos os mesmos requisitos exigidos nesta lei.
- D) Deve ser revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, podendo cessar no momento em que forem superadas as condições referidas, ou em caso de morte do beneficiário. E, ainda, cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Questão 49

A partir dos estudos sobre importantes personagens da educação no século XX, e de suas contribuições para conceber o estudante como um ser pensante e como um agente de mudança, conclui-se que o movimento da Escola Nova foi um importante mobilizador para a reflexão das práticas pedagógicas do educador. Diante de tantos problemas que a educação brasileira enfrenta, é importante compreender o atual contexto e identificar os desafios que ele apresenta. No entanto, é necessário dialogar sobre a importância de um projeto de educação transformador que visa formar e (re)formar os educadores para atuar e compreender os campos de disputa e os grandes impasses da educação contemporânea. É fundamental compreender o movimento da Escola Nova como um importante marco para educação no Brasil, que foi fortemente influenciada pela pedagogia progressista *deweyana*. Um fazer educativo baseado nas concepções desses autores, buscando discutir a pluralidade presente nos espaços escolares e sua relação com o fazer pedagógico. Com o advento da nova pedagogia, uma nova concepção de ensino surge no Brasil. Os estudos e experiências desenvolvidas na escola laboratório na visão de *John Dewey* e nas reformas propostas, o ensino, os métodos e as concepções de educação e as correntes pedagógicas surgidas a partir de então, configuraram-se como arcabouço para a compreensão das transformações educacionais, mediante o desenvolvimento de processos de ensino pautados numa relação dialética e democrática.

(Disponível em: https://socialeducation.files.wordpress.com/2020/02/pensamento-pedagogico-iii_web.pdf. Adaptado.)

De acordo com o exposto, e considerando o movimento da Escola Nova no Brasil, foi o principal responsável:

- A) Paulo Freire.
- B) Darcy Ribeiro.
- C) Anísio Texeira.
- D) Florestan Fernandes.

Questão 50

A superação dessa pedagogia tradicional demanda a construção de um novo olhar para cumprir o dever constitucional de forma integrada ou articulada com a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Libertar a educação de características autoritárias e promover relações pessoais colaborativas, sob a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pode contribuir para processos de mudanças e transformações sociais. Ao reconhecer na criança um sujeito de direito, estará a sociedade incorporando de fato uma nova percepção do aluno. É fundamental que a escola descubra o ECA e o incorpore no seu dia a dia.

(GOMES, 2013, p. 75. Adaptado.)

De acordo com o ECA, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- II. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede especializada de ensino.

III. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; com progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

IV. Recenseamento dos educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	CrITÉrios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova		20 pontos

Texto I

Segurança na internet: como agir para prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de crimes virtuais?

Antes mesmo do início da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, crianças e adolescentes já utilizavam diariamente aparelhos eletrônicos com livre acesso à *internet* e, consequentemente, às redes sociais. Após o início da pandemia, esse uso passou a ser mais intenso, pois esses ambientes virtuais se tornaram o principal âmbito de socialização e compartilhamento de informações.

Apesar de o artigo 227 da Constituição Federal vigente versar sobre o dever dos familiares, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e adolescentes direitos básicos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o ambiente virtual ainda é um local pouco regulamentado. O cuidado extra que deveria vir das leis deve partir dos familiares, que podem orientar as crianças para um consumo consciente do meio virtual.

(O povo. 17 de novembro de 2021.)

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Texto II

A geração atual de adolescentes cresceu com a oportunidade de usufruir diretamente da tecnologia que invadiu nossas casas e nossas vidas, principalmente no que tange à comunicação, se tornando de uso obrigatório no dia a dia.

Essa comunicação digital apresenta aspectos positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que permite o acesso à informação, também expõe crianças e adolescentes à ação de criminosos na *internet*. Assim, a criação de conteúdo sensível armazenado pelos próprios adolescentes em seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, acaba alcançando dimensões inesperadas e desastrosas quando compartilhados na rede.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso X, declara que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Entretanto, como reparar esse dano diante de um mecanismo tão poderoso como a *internet*, que pode eternizar o compartilhamento de imagens e vídeos que degradam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes virtuais, ainda mais diante de um terreno sem fronteiras, do ponto de vista tecnológico?

A sociedade e a comunidade possuem o dever de zelar pelo bem-estar e pela integridade física e moral desses jovens. É por isso, que, atualmente, se torna imprescindível a criação de mecanismos e de políticas que visem prevenir e coibir o compartilhamento de conteúdo de caráter sexual e íntimo na *internet*, a fim de evitar desfechos trágicos na vida de crianças e adolescentes.

(GONÇALVES, Priscila de Fátima. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2014/artigos/20.pdf> /.)

Texto III

MPMG alerta: invasão de perfis no Instagram é um dos crimes cibernéticos de maior incidência neste início de 2022

Um crime cibernético tem chamando a atenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) neste início de ano: a invasão de perfis na rede social Instagram. De acordo com levantamento bruto de dados realizado pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG (Coeciber), somente em janeiro de 2022 foram registradas 388 ocorrências de acessos indevidos seguidos de golpes para obtenção de valores no estado de Minas Gerais. Esse número é quase 4 vezes maior do que a média do segundo semestre de 2021, que foi de 104 casos por mês. “Este é um dos golpes cibernéticos de maior incidência neste início de ano”, diz o coordenador da Coeciber, promotor de Justiça Mauro Ellovitch.

(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-alerta-invasao-de-perfis-no-instagram-e-um-dos-crimes-ciberneticos-de-maior-incidencia-neste-inicio-de-2022-8A9480677DC8F680017ED8D030C670F7-00.shtml>.)

Texto IV



(Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/campanha-nacional-alerta-pais-e-responsaveis-sobre-riscos-para-criancas-e-adolescentes-na-internet-como-pornografia-infantil-e-pedofilia>.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“Prevenção e combate aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes”.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.